

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL NA DÉCADA DE 90

Paulo Renato Reis de Abreu Pinto¹, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira²

1 – Faculdade de Ciências Sérias Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba, Av. Shishima, 2911, CEP 12244-000 – São José dos Campos – SP, prrap@uol.com.br

2 – Professor assistente, Doutor, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), Av. Shishima, 2911 – Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos – SP – Brasil – edson@vdr.cta.br

Palavras-chave: Brasil – distribuição de renda; Brasil – anos noventa.

Área do Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas.

Resumo:

O trabalho aborda a questão da distribuição de renda no Brasil durante os anos noventa. Enfocando o cálculo desta distribuição em classes socio-ocupacionais, o presente se conforma como um relato analítico-descritivo de iniquidade social brasileira. Ao final, ver-se-á que no período abordado, alguns poucos segmentos sociais lograram melhorar de situação os demais perderam ou mantiveram suas participações na distribuição de renda.

A Física e a Distribuição de Renda

Já em 1897 o economista Wilfredo Pareto sugeriu que a distribuição de renda de uma população seguia uma lei de potência simples, ou seja, que o número de pessoas que ganham uma certa quantia mensal diminui conforme essa quantia vai aumentando. Essa lei é caracterizada por um índice, conhecido como o "índice Pareto", que é pequeno se a renda é mal distribuída pela população, e grande se a distribuição de renda for mais uniforme. Entretanto, a teoria de Pareto funciona apenas para aproximadamente 1% da população de melhor renda. Outro economista, chamado Gibrat, posteriormente sugeriu que os 99% restantes da população têm uma renda que segue uma curva de distribuição do tipo log-normal. Os ajustes das curvas de renda com o modelo de Gibrat levam ao "índice Gibrat", que também é pequeno para situações com rendas mal distribuídas.

Recentemente, um pesquisador japonês, Wataru Souma, do ATR Human Information Science Laboratory, buscou juntar esses dois modelos de modo empírico. Para isso, ele realizou uma análise detalhada de mais de 80% da população japonesa

economicamente ativa. Ele analisou detalhadamente resultados de mais de 51 milhões de pessoas, entre 1887 e 1998. Para realizar esse estudo, ele empregou algumas técnicas frequentemente usadas em Física da Matéria Condensada, usadas para modelar sistemas de "muitos-corpos". O resultado final é uma curva híbrida, que consiste em uma curva do tipo log-normal combinada com uma cauda que segue uma lei do tipo potência. Essa fórmula descreve adequadamente os dados dessa população, em todos os períodos investigados.

Desse modo, o pesquisador conseguiu verificar como a distribuição de renda evoluiu ao longo dos anos no Japão. Apesar de ainda não tentar explicar porque a distribuição de renda segue esse tipo de lei, o pesquisador acredita que essa fórmula empírica tem uma validade geral, e que poderá descrever a distribuição de renda em qualquer sociedade, em qualquer ponto da história. Se de fato isso ocorrer, esse resultado pode ser muito importante, pois uma descrição acurada da distribuição de salários é fundamental em várias áreas da

economia, incluindo estudos de desigualdades sociais e pobreza.

Discussão Metodológica

A desigualdade, em particular a desigualdade de renda, é tão parte da história brasileira que, infelizmente, adquire fórum de coisas natural. Segundo o Relatório de desenvolvimento de 1999, o Brasil é o país com o maior grau de desigualdade na distribuição de renda dentre os abordados, disputando o último lugar do ranking mundial com países como Guatemala e Serra Leoa. Um relato preocupante, que coloca o Brasil como um país que apesar de deter o 31º PIB per capita do mundo, está distante de

qualquer padrão reconhecível, no cenário internacional, como razoável em termos de justiça social. Dessa forma, a análise da desigualdade no Brasil faz-se extraordinariamente necessária.

Os estudos sobre distribuição de renda e sua análise no Brasil são, usualmente, baseados na evolução do índice de Gini. Esse índice, obtido através da curva de Lorez, é um instrumento adequado para tratar a questão quantitativa da distribuição de renda de uma dada sociedade, região ou localidade abordada em um determinado período. A tabela a seguir nos mostra, segundo o índice de Gini, o grau de concentração de renda no Brasil entre os anos de 1989 e 1999.

Período	Renda – desigualdade – Índice de Gini
1989	0,637
1990	0,616
1991	-
1992	0,583
1993	0,604
1994	-
1995	0,601
1996	0,602
1997	0,602
1998	0,602
1999	0,596

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Lembrando que este índice tem seus valores situados no intervalo entre 0 (zero) e 1 (um) e que valores próximos a 0 (zero) indicam uma melhor distribuição de renda, pode-se concluir que durante o período destacado ocorreram discretas variações, algumas mesmo até positivas. Isso torna plausível a conclusão de que, ao menos, não ocorreram pioras significativas no grau de concentração de renda durante a década de noventa, muito embora ela seja alarmantemente alta.

Esse instrumento de análise, entretanto, apresenta um hiato em sua metodologia, como aponta a professora Maria Cristina Cacciamali (1998) ao afirmar que o conceito de igualdade na distribuição de renda difere do conceito de equidade, defendendo:

“A busca de uma distribuição de renda igual para todos os membros de uma sociedade, ou para todas as famílias, não implica que seja justa ou equânime. Esta é uma questão ética e ideológica controvertida entre indivíduos e entre nações. Racionando com

casos extremos, para alguns, os indivíduos deveriam ser remunerados de forma igual, independentemente da sua capacidade produtiva e da acumulação prévia de estoque de riqueza e de capital humano; para outros, deveriam ter remunerações diferenciadas”.

Assim sendo, as controvérsias já se fazem no campo das proposições de medidas corretivas. Além disso, outras restrições são feitas ao indicador a partir do momento em que os estudos sobre a distribuição da renda derivam-se de levantamentos baseados em informações provenientes de estudos de campo, mediante declarações dos indivíduos, que tendem a subestimar o total agregado da renda das famílias. Dessa forma é possível admitir que a concentração é significativamente mais acentuada do que apontam o índice de Gini e os demais usualmente utilizados, uma vez que principalmente as camadas mais favorecidas omitem uma parcela considerável de seus rendimentos familiares.

Outro agravante restritivo ao uso deste índice é o fato dele relevar em suas mensurações a população não remunerada. Logo, em uma sociedade com altas taxas de desemprego, como a brasileira, onde as camadas inferiores passam a deixar de receber rendimentos, ou seja, de receber remuneração por seu trabalho, o cálculo do índice apresenta distorções com a realidade. É mister, portanto, que o estudo acima do comportamento da distribuição de renda seja acompanhado e complementado com indicadores que ratifiquem a tendência observada.

Abordagem alternativa

Buscando atingir maior aproximação entre os resultados obtidos e a realidade, optou-se por utilizar no presente a análise do comportamento da concentração de renda e da desigualdade social no Brasil a partir dos “grupos ocupacionais” que, quando hierarquizados, conformam a estrutura ocupacional. Dessa forma, observando o âmbito das classes sociais, tornou-se evidente que diferentemente das discretas variações apontadas pelo enfoque usual, ocorreram mudanças significativas no quadro social, especialmente nos extremos da estrutura ocupacional, como pode ser visto nas tabelas 1 e 2.

Tabela nº 1						
População total e estrutura de rendimentos - Brasil (1992 e 1998)						
Grupos Sócio-Ocupacionais	% População		% Renda		Rend. Médios Relativos	
	1992	1998	1992	1998	1992	1998
1ª Camada	15,2	15,3	41,1	45,2	7,3	8,4
A – Propriedade Empregadora	5,8	5,5	14,4	15,5	6,9	8,1
B – Profissionais Empregadores	0,2	0,4	0,9	2,0	13,3	15,7
C.1 – Profissionais Autônomos – Camada Superior	0,5	0,7	2,2	3,4	12,2	14,8
D.1 – Alta Classe Média Assalariado	6,9	6,7	18,7	18,3	7,4	7,9
C.2 – Profissionais Autônomos – Camada Média	0,7	0,6	1,3	1,2	5,3	5,8
Sem Ocupação	1,1	1,4	3,6	4,8	9,2	9,6
2ª Camada	14,5	15,6	17,1	18,0	3,3	3,3
D.2 – Média Classe Média Assalariada	6,4	7,0	8,5	9,3	3,7	3,8
F.1 – Trabalhadores Autônomos – Camada Superior	1,8	2,6	2,1	2,7	3,3	2,9
C.3 – Profissionais Autônomo – Camada Inferior	0,5	0,7	0,5	0,7	3,2	3,2
E – Proprietários Conta Própria – Urbana	4,7	4,5	5,0	4,6	2,9	2,9
Sem Ocupação	1,1	0,8	1,0	0,7	2,4	2,6
3ª Camada	25,7	24,3	8,4	6,9	1,0	0,9
G.1 – Operários e Assal. Populares – Camada Superior	10,7	9,5	9,5	7,6	2,4	2,3
D.3 – Baixa Classe Média Assalariado	12,0	11,7	11,9	10,3	2,7	2,5
L – Ignorados	0,2	0,1	0,1	0,1	1,6	1,9
F.2 – Trabalhadores Autônomos – Camada Superior	6,8	7,8	4,0	4,4	1,6	1,6
G.2 – Operários Assal. Populares – Camada Média	12,5	12,7	6,7	6,1	1,5	1,4
J – Trabalhadores Não Remunerado*	-	0,3	-	0,2	-	1,9
F.3 – Trabalhadores Autônomos Camada Inferior	1,3	0,8	0,7	0,4	1,4	1,5
Sem Ocupação	1,1	1,9	0,5	0,9	1,3	1,4

4ª Camada	25,7	24,3	8,4	6,9	1,0	0,9
M – Auto Construção – Não Ocupados	0,1	0,1	0,0	0,0	1,0	1,5
F.4 – Trabalhadores Autônomo – Camada Baixa	0,5	0,6	0,2	0,2	1,2	1,1
G.3 – Operários e Assal. Populares – Camada Inferior	2,3	2,8	0,8	0,9	1,0	0,9
I – Trabalhadores Domésticos	2,8	3,3	1,0	1,2	1,0	1,0
H.3 – Assalariado Rurais Permanentes	4,2	3,2	1,3	0,9	0,8	0,8
N – Autoconsumo – Não Ocupados	0,7	0,6	0,4	0,2	1,4	1,1
H.1 – Profissionais Conta Própria – Rurais	10,1	8,0	3,6	2,4	1,0	0,9
H.4 – Assalariado Rural Temporário	2,1	2,0	0,5	0,5	0,7	0,6
J – Trabalhadores Não Remunerado*	0,3	-	0,1	-	1,0	-
H.2 – Trabalhadores Autônomo Rurais	0,5	0,5	0,2	0,1	0,8	0,6
K – Ocupados com Autoconsumo	0,2	0,4	0,1	0,1	0,9	0,8
Sem Ocupação	1,9	2,8	0,2	0,3	0,3	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	2,7	2,9

* O Grupo J. residual em termos familiares, encontra-se na 4ª Camada em 1992 e na 3ª em 1998.

Fonte: IBGE. PNAD – Elaboração de Waldir J. de Quadros e Davi J. N. Antunes

Tabela nº 2		
Porcentagem dos Desocupados na PEA (1992 e 1998)		
Grupos Sócio-Ocupacionais	1992	1998
1ª Camada		
A Propriedade Empregadores	6,1	6,8
B Profissionais Empregadores	3,9	4,1
C.1 Profissionais Autônomos – Camada Superior	4,1	5,0
C.1 Profissionais Autônomos – Camada Superior	5,2	5,4
D.1 Alta Classe Média Assalariado	7,9	9,4
C.2 Profissionais Autônomos – Camada Média	7,4	7,3
2ª Camada		
D.2 Média Classe Média Assalariada	8,5	9,6
D.2 Média Classe Média Assalariada	10,5	11,3
F.1 Trabalhadores Autônomos – Camada Superior	7,9	9,9
C.3 Profissionais Autônomo – Camada Inferior	8,7	9,0
E Proprietários Conta Própria – Urbano	6,1	7,0
3ª Camada		
G.1 Operários e Assal. Populares – Camada Superior	10,9	13,5
G.1 Operários e Assal. Populares – Camada Superior	12,0	14,7
D.3 Baixa Classe Média Assalariado	10,0	12,7
L Ignorados	1,9	8,7
F.2 Trabalhadores Autônomos – Camada Superior	12,2	15,2
J Trabalhadores Não Remunerado*	3,0	-
F.3 Trabalhadores Autônomos Camada Inferior	8,2	10,1
4ª Camada		
M – Auto Construção – Não Ocupados	4,1	6,2
M – Auto Construção – Não Ocupados	14,5	24,4
F.4 – Trabalhadores Autônomo – Camada Baixa	7,4	10,5
G.3 – Operários e Assal. Populares – Camada Inferior	12,7	15,3
I – Trabalhadores Domésticos	9,0	14,1

H.3 – Assalariado Rurais Permanentes	3,9	5,2
N – Autoconsumo – Não Ocupados	3,2	3,3
H.1 – Profissionais Conta Própria – Rurais	1,2	1,3
H.4 – Assalariado Rural Temporário	6,9	8,3
J – Trabalhadores Não Remunerado*	-	4,5
H.2 – Trabalhadores Autônomo Rurais	3,0	3,5
K – Ocupados com Autoconsumo	1,9	4,0
Subtotal	8,0	10,1
Sem Ocupação	100,0	100,0
Total	8,7	11,2
* O Grupo J. residual em termos familiares, encontra-se na 4ª Camada em 1992 e na 3ª em 1998.		
Fonte: IBGE. PNAD – Elaboração de Waldir J. de Quadros e Davi J. N. Antunes		

Essas tabelas dispõem os grupos ocupacionais em quatro camadas. Grosso modo a primeira camada é composta pela elite sócio-econômica. A Segunda camada engloba setores intermediários – médias classes médias, assalariadas ou autônomas e proprietários de pequenos negócios urbanos. A terceira camada inclui a denominada “base trabalhadora urbana”, enquanto a quarta, por sua vez, agrupa os empregados de baixa renda e os pequenos agricultores rurais.

A partir de uma breve análise da **tabela n.º 1**, torna-se perceptível que, diante das profundas transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil após 1989, a participação da camada superior aumentou em relação à renda total do país, ao passo que a camada intermediária manteve sua proporção participativa e as massas trabalhadoras urbana e rural tiveram sua participação reduzida.

A **tabela n.º 2** indica, por sua vez, que o comportamento na participação da renda total acompanha o comportamento da desocupação. Dessa forma influi-se que os grupos mais atingidos pelo desemprego no período abordado foram àqueles mais penalizados pela constante concentração de renda, o que explicaria, inclusive, a diminuição dos rendimentos médios relativos dos mesmos, apontada na tabela 1.

Não se pretende defender aqui que o desemprego foi o único responsável pelo aumento da concentração da renda brasileira no período entre 1989 e 1999. Também foram responsáveis pela elevação desta iniquidade social, fatores como a

heterogeneidade dos trabalhadores em relação à escolaridade, fator este que tem peso importante neste sentido. Com a situação precária do sistema de educação pública no Brasil, apenas as pessoas com um rendimento familiar melhor podem proporcionar aos seus filhos educação de qualidade, mantendo a renda cada vez mais concentrada nos grupos que apresentam uma menor tendência de crescimento populacional. Dessa maneira, como afirmou Pinto (1975) “os que têm alta renda contam com melhores oportunidades para recolher os conhecimentos que permitem manter ou aumentar essa renda, e, de modo contrário, ocorre com os que estão em situação”. Entretanto, uma melhor compreensão destes fatores fica para estudos posteriores.

Uma análise um pouco mais atenta das tabelas 1 e 2 apresentadas permitem a infeliz conclusão que o elevado grau de desigualdade existente entre os grupos ocupacionais não teve qualquer tendência ao declínio nos anos noventa. Tomando como exemplo a primeira camada dos grupos sócios-ocupacionais, vê-se que a um aumento de 0,1 ponto percentual da população correspondeu-se um aumento de 4,1 pontos percentuais na participação da renda total. Percebemos assim a ocorrência de um hiato entre o crescimento populacional dos grupos ocupacionais e a distribuição de rendimentos na sociedade. Observando o terceiro grupo, esse hiato pode ser visto de maneira ainda mais gritante caso se observe que um acréscimo populacional de 0,3 ponto percentual vem acompanhado de um decréscimo dez vezes maior na renda! Os

demais grupos, em contrapartida, apresentam comportamentos mais proporcionais. Percebe-se apenas uma diferença: enquanto a Segunda camada aumenta sua participação na renda, a quarta diminui, muito embora essas variações acompanhem a variação na parcela populacional.

Outras tabelas também apontam, ainda com maior evidência, a enorme disparidade entre as parcelas de renda apropriadas por segmentos delimitados da sociedade brasileira.

Pelos dados apresentados, nota-se que, entre os 10% mais ricos situa-se cerca de

metade da renda total do país no período entre os anos de 1989 e de 1999. Já entre os 50% mais pobres situa-se cerca de apenas 1/8 (um oitavo) desta renda entre os mesmos anos. Mais estarrecedor ainda é o fato de a parcela em mãos dos 50% mais pobres ser equivalente a parcela em mãos dos 1% mais ricos!

Outra maneira de visualizar-se a concentração de renda, embora de forma mais panorâmica, é observar a distribuição dos rendimentos do país entre as macrovariáveis salário, remuneração do capital (lucros, aluguel e juros) e gastos com administração pública. Conforme tabela 3. .

Tabela nº 3							
Repartição do PIB entre Salário, capital e administração públicas.							
Brasil 1992 – 1998 – (%)							
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Salário	44	45	40	38	39	37	36
Capital	38	35	38	40	41	43	44
Remuneração de Autônomos	6	6	6	6	6	6	6
Adm. Pública	12	13	16	16	15	15	14

Fonte: DIEESE – Elaboração dos autores. Observações: 1. A variável capital é equivalente à somatória de lucros, aluguéis e juros
2. A variável Adm. Pública é composta por impostos líquidos sobre subsídios e importações.

Percebe-se pelos valores que a participação dos salários diminuiu assim como os gastos com administração pública, enquanto a remuneração do capital aumentou.

A diminuição da importância dos salários pode indicar duas tendências: diminuiu a remuneração individual e/ou diminuíram os trabalhadores empregados. O aumento da remuneração do capital indica, por sua vez, uma maior concentração da renda nas mãos das camadas superiores enquanto a queda da participação com administração pública remonta à menor tributação sobre as importações e a diminuição dos gastos com subsídios.

Preocupante é o fato do aumento da remuneração do capital, dada principalmente pelo aumento das taxas de juros, influir negativamente no investimento, desestimulando-o, e aumentando a tendência ao desemprego.

Cria-se assim, a cena de um importante determinante da concentração de

rendimentos: o aumento do nível de desemprego no pós-Real, acompanhado pela queda do valor do salário e a crescente participação no PIB da remuneração do capital indica, novamente, uma consolidação do acúmulo da renda nas camadas superiores da pirâmide sócio-ocupacional, configurando assim um quadro de difícil reversão.

Análise e implicações

Os valores até aqui expostos deixam clara a conformação do grau de concentração dos rendimentos no Brasil, que teve seu início no passado colonial escravocrata e chegou até os dias de hoje, impedindo uma maior apropriação da renda pela maior parte da população. Tal concentração, sempre crescente, alcançou um quadro preocupante nos anos noventa.

Após o período recessivo de 1989 à 1992, enquanto tentava-se controlar a inflação e continuar o “ajuste exportador” iniciado em

1980, principiava-se um processo de desindexação dos sistema de preços acompanhada da diminuição das tarifas alfandegárias e de maior e progressiva abertura comercial e financeira da economia brasileira – a chamada fase neoliberalista.

O neoliberalismo gerou graves conseqüências econômicas e sociais. Estimulador da entrada de capitais externos, em especial os de curto prazo, ele levou a uma modernização das grandes empresas industriais e a um processo de maior dependência econômica externa; desestruturou a indústria de base nacional e vários outros ramos industriais e acarretou em um processo de desnacionalização da economia.

Em 1993 foi retomado o crescimento econômico. Entretanto, a recuperação não se refletiu nos níveis de emprego: a ocupação total passou a crescer em níveis inferiores; os empregos industrial e formal decresceram enquanto o trabalho por conta própria e os empregos assalariados informais se expandiram.

No ano de 1994, entra em vigência o Plano Real, dando continuidade àquilo que podemos classificar como o tema central de

interesse da sociedade brasileira na década de noventa: a preocupação em conceber mecanismos para reduzir a pobreza absoluta e a estabilização econômica. Ancorado na sobrevalorização da moeda e no aumento das já elevadas taxas de juros internos, o Plano intensificou a modernização das grandes empresas, já citada, iniciada com a adoção da política neoliberalista, estimulando um rápido aumento das importações industriais. Assim, afetou as relações intra e intersetoriais de forma muito negativa ao mesmo tempo em que modificou a posição dos grandes capitais nacionais e suas relações com o mercado externo e inibiu a atividade econômica doméstica, em especial os estabelecimentos de pequeno e médio porte.

Em última instância, ainda que a modernização das empresas decorrente do processo neoliberalista tenham proporcionado melhorias na qualidade e nos preços, gerou-se uma diminuição significativa no rendimento dos trabalhadores e um aumento na taxa de desemprego aberto, também chamado desemprego estrutural, em especial nas regiões metropolitanas.

Taxa de Desemprego Aberto nas Regiões Metropolitana						
Ano	S. Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Porto Alegre	Salvador	Recife
1989	3,4	2,8	3,4	2,6	4,4	5,3
1990	4,6	3,5	4,1	3,7	5,4	5,7
1991	5,5	3,6	4,1	4,3	5,9	5,9
1992	6,5	4,0	4,8	5,7	6,8	8,6
1993	5,7	4,1	4,5	4,0	6,6	8,9
1994	5,4	4,1	4,3	4,1	7,1	6,8
1995	5,2	3,4	3,8	4,5	6,7	5,5
1996	6,3	4,0	5,2	6,3	6,4	6,0
1997	6,6	3,7	5,1	5,5	7,7	5,9
1998	8,6	5,4	7,2	7,3	9,3	8,7
1999	8,3	5,4	7,7	7,2	9,9	8,2

Fonte: Banco Central do Brasil

Os resultados bem-sucedidos do Plano Real no controle da inflação são indiscutíveis. Entretanto, não dispomos de qualquer evidencia de impactos significativos sobre a redução no grau de desigualdade após sua implantação. De fato o grau de desigualdade posterior à implantação do Real é estável e similar ao observado em 1993, muito embora seja sempre superior ao grau observado no

ano de 1992, como pode ser observado através do índice de Gini no início deste trabalho.

Embora num primeiro momento a política estabilizadora implementada no Plano Real tenha ampliado o poder de compra, em especial dos estratos mais pobres, seu efeito sobre o perfil de distribuição de renda não foi

positivo, como destaca a professora Maria Cristina Cacciamali (1998: 454).

“O Plano Real implementado em meados de 1994 consegue estabilizar o sistema de preços, e vem a favorecer os estratos mais pobres de população quanto à ampliação do poder de compra de suas rendas. O processo de abertura econômica, a ambiência de maior competitividade, reduz as margens de lucro e reduz os preços, em geral, mas especialmente aqueles dos bens industrializados, o que também favorece, ainda mais com os mecanismos de crédito ao consumidor, a ampliação do poder de compra dos grupos populares”.

Entretanto, não obrigatoriamente a apropriação dos grupos mais pobres na renda nacional virá a se alterar de forma significativa. Isto porque, o processo de abertura econômica implica ganhos de produtividade, que a não ser que contrarrestado por elevadas taxas de crescimento econômico levam a maiores taxas de desemprego e de subemprego.”.

Reafirma-se assim, a tendência ao aumento do desemprego estrutural e a conseqüente “informalização” do mercado de trabalho, a flexibilização e extinção de direitos, a diminuição dos salários e a multiplicação dos empregos de terceira categoria. E, em conseqüência, amplia-se os já altos índices de desigualdade na distribuição de renda.

As políticas neoliberais corrente, implantadas desde o início da década, impuseram restrições principalmente às políticas sociais. Aliada ao baixo crescimento econômico, essas restrições se manifestaram numa regressão social como destacou Henrique (1999: 185).

“Na época do capital financeiro e da ciência e tecnologia como base ampliada de valorização do capital, a dependência reaparece como dependência financeira e tecnológica. Porque não dispúnhamos e nem criamos um mínimo de capacidade autônoma de inovação e investimentos, fomos obrigados a fazer o ‘ajuste exportador’, que culminou no neoliberalismo. Ele terminou impondo restrições drásticas ao crescimento e imobilizou a política econômica e social. À regressão econômica correspondeu a regressão social, que se manifesta no desemprego estrutural, na cristalização dos baixos salários, no emprego de terceira

categoria, na multiplicação de serviços, na flexibilização e extinção de direitos”.

Redistribuir a renda

Muito se tem falado e escrito sobre a enorme desigualdade na distribuição de renda existente em nosso país. Nem mesmo o governo contesta o fato de que somos o segundo país mais desigual do mundo, onde praticamente a terça parte da população vive abaixo do que se convencionou chamar de nível mínimo de pobreza. No entanto, quando se trata da questão da necessidade de melhorarmos a distribuição da renda no Brasil, a impressão que fica é a de que isso deva ser feito puramente por razões humanitárias, ou seja, para atenuar o sofrimento dos 53 milhões de pobres, incluídos aí 22 milhões de miseráveis. Evidente que razões de ordem humanitária são fundamentais para, por si só, justificarem a busca pela diminuição das desigualdades. Mas se nos focarmos no exame de cada um dos 27 estados brasileiros, para verificarmos as conseqüências de diferentes níveis de distribuição de renda, vamos nos surpreender e constatar que uma melhor distribuição da renda pode gerar, além do fim da miséria, um dinamismo muito maior da economia.

Veja-se, por exemplo, o caso do estado de São Paulo que possui uma das rendas menos concentradas no Brasil e onde existe um automóvel para cada três habitantes — que é uma média semelhante à de vários países europeus adiantados — em contraste com o Piauí, onde menos de 6% da população possui carro, estatística idêntica ao Camboja, país bastante pobre da Ásia. Outra comparação é em relação aos aparelhos de TV. O Rio de Janeiro, por exemplo, onde a renda também não é tão concentrada, apresenta o mesmo índice da Áustria, com 97,1 % dos domicílios possuindo ao menos um aparelho. No entanto, temos em Alagoas um índice igual ao da Argélia, na África, onde apenas 76% dos domicílios possuem uma TV. Apesar destas comparações serem significativas, alguns poderão dizer não ser válido comparar estados ricos com estados pobres. Por isso, a seguir será mostrado apenas o que acontece com os estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do

Sul. Isto porque a renda média por domicílio nestes estados, segundo o último Censo do IBGE, é de R\$ 796/mês, apresentando uma diferença de apenas 3,5% em relação a média brasileira, que é de R\$ 769. É interessante chamar a atenção para o fato de que no caso do Paraná a renda média mensal por família é de R\$ 782, ou seja, pouco mais de 1% de diferença em relação a média brasileira. Quando se compara o consumo nos estados do Sul, com os dados referentes ao Brasil como um todo, o que mais chama a atenção é o fato de que apesar dos estados sulinos apresentarem praticamente a mesma renda média do Brasil, o nível de posse de bens de consumo é incrivelmente mais alto. Assim, enquanto no Brasil apenas 18,5% dos habitantes possui automóvel, no Sul esta porcentagem é de 24%. No caso de televisores, no Sul há uma televisão para cada quatro habitantes, enquanto, na média brasileira, cinco pessoas precisam compartilhar uma única televisão. Para todos os bens de consumo o que se verificou é que em média a densidade por habitante é 20% maior nos estados do Sul. A única explicação plausível para esse fato é a melhor distribuição de renda existente nos estados sulinos. Como se sabe, a concentração de renda é normalmente medida pelo chamado índice Gini que varia de 0 a 1. A sua interpretação é de que quando este índice está próximo de 1 a renda é muito concentrada; o contrário acontece quando ele está mais próximo de zero. Segundo dados do último Censo do IBGE, o Índice Gini para o Brasil é de 0,609 enquanto a média para os estados do Sul é de 0,572. Saliente-se que o índice brasileiro (0,609) é o segundo mais alto do mundo, só perdendo para Costa do Marfim, na África. Ou seja, nossa renda é mais concentrada que em qualquer outro país latino-americano. Se tomarmos como base o Paraná, cuja renda média familiar é praticamente a mesma que a média brasileira, verificamos que todos os institutos de pesquisa mercadológicos apontam que este estado representa 6,3% do consumo total existente no Brasil, apesar de abrigar apenas 5,6% da população brasileira. Novamente a única explicação para este consumo maior no Paraná é a sua melhor distribuição de renda,

já que sua renda média é equivalente a do Brasil.

Se o Brasil apresentasse o mesmo nível de distribuição de renda que o Paraná, o consumo seria bem maior que os atuais US\$ 425 bi, considerado o valor total do consumo do varejo hoje no Brasil. Extrapolando-se os números do consumo no Paraná para o Brasil, chegamos a um valor de US\$ 474 bi. Ou seja, US\$ 49 bi a mais, por ano. Cerca de 8% do PIB. Importante lembrar que o Paraná não é o estado que apresenta a melhor distribuição de renda entre os 27 estados brasileiros, estando numa situação pior que estados como São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul ou Rio de Janeiro. É evidente, pois, que se o restante do Brasil apresentasse uma pequena melhoria na distribuição de renda, haveria um enorme incremento nas vendas de bens de consumo que resultaria numa nova dinâmica para a economia com aumento da taxa de crescimento do PIB, geração de novos empregos etc. Outro aspecto interessante que deve ser levado em consideração é que a eliminação da miséria (aqueles que vivem em famílias que recebem aproximadamente um salário mínimo por mês) não é algo inatingível. Levar os miseráveis para o patamar dos pobres (aqueles que vivem em famílias que recebem aproximadamente três salários mínimos por mês) custaria ao país US\$ 19 bi. Ou seja, melhorar a distribuição de renda no Brasil não é somente uma questão humanitária destinada a minorar o sofrimento daqueles que não possuem o mínimo para sobreviver, mas é também uma questão econômica que pode trazer um incremento expressivo nas vendas da indústria automobilística, da indústria eletrônica, do comércio e do varejo em geral.

Consequências

A continuidade dessa má distribuição reflete não só o baixo crescimento econômico desta década, mas principalmente a permanência das estruturas que o causaram como a concentração de propriedades e a baixa escolaridade da população, que foram agravados durante a década de 1990 pelas políticas neoliberais, que intensificou o subemprego, o trabalho informal e o

desemprego. De modo que podemos associar não a concentração de renda ao baixo crescimento econômico, mas sim o contrário, a distribuição como determinante do baixo crescimento, como poderemos analisar adiante.

A desigualdade na distribuição de renda no Brasil gera não só conseqüências nos indicadores sociais como também o grande número de pessoas abaixo da linha da pobreza, subnutrição, falta de moradia e aumento da violência. A má distribuição tem como conseqüência também um efeito negativo no crescimento econômico, sendo um verdadeiro obstáculo a esse crescimento. A existência de uma massa de pessoas que auferem uma baixa parcela da renda impede a formação de um mercado consumidor de escala nacional, como foi observado por Pinto (1976):

“Ao limitar absoluta ou relativamente a procura da grande massa, compõe uma base muito estrita para o tipo de atividade que só pode ser montada com uma considerável dimensão e que constituem as mais dinâmicas e estratégicas para o processo de desenvolvimento, por exemplo, indústrias metalúrgicas, aparelhos, etc”.

Deste modo, o desenvolvimento é baseado na produção de artigos que atendem às necessidades das classes com maior parcela da renda, que representa uma pequena parte da população, enquanto as camadas inferiores destinam até 90% ou mais de suas renda para artigos de primeira necessidade, e “embora a demanda seja diversificada, sua base quantitativa é pequena, de modo que é difícil atendê-la em forma econômica”.

Assim, como o professor Pinto (1976) assinalou, qualquer política de redistribuição de renda tem de formular meios de inclusão da massa de baixa renda no mercado consumidor, que não seja apenas por meio de cobrança de impostos das camadas mais altas com favorecimento das mais baixas, nem política de salários e empregos, mas com uma reestruturação no sistema produtivo, para que com uma gradativa inclusão desta massa no mercado consumidor, esta massa tenha suas necessidades atendidas pelo mercado sem o risco de desabastecimento ou inflação.

Logo o favorecimento da maioria da população com participação no mercado

consumidor permitiria investimentos de grande porte que atendessem a uma nova procura de uma massa sedenta por consumir.

Conclusão

A desigualdade de distribuição de renda no Brasil na década de noventa em muitos aspectos continuou nos mesmos níveis da década anterior e em outros se tornou ainda pior, apesar de alguns índices indicarem uma discreta melhora, prolongando uma condição de grande contraste social e uma das piores taxas de distribuição de renda do mundo. Distribuição essa que garante aos integrantes dos extratos mais ricos uma parcela muito maior que a parcela dos extratos mais baixos, associada a uma diminuta classe média.

Eis aí um quadro vergonhoso para um país como o Brasil ou para qualquer outro país, causador de convulsões sociais, violência e que em muito atrapalha o desenvolvimento, conservando um grande número de pessoas à margem da economia capitalista, do mercado de consumo, para os quais não existe globalização da economia.

Um quadro de noventa, que levou a um baixo crescimento econômico e ao aumento do desemprego, principalmente das camadas inferiores, gerando subempregos e contribuindo para o trabalho informal.

Isso torna evidente a necessidade da revisão do modelo de crescimento econômico e da estrutura do sistema produtivo para proporcionar uma retomada do crescimento destes e também uma maior justiça social, fazendo com que nas próximas décadas os índices, compatíveis com a realidade, indiquem uma situação um pouco melhor.

Sites pesquisados:

www.unicamp.br
www.dieese.org.br
www.comciencia.br
www.ipea.gov.br
www.bacen.gov.br

Bibliografia:

KNOBEL, Marcelo Professor - IFGW/UNICAMP.
FELDMANN, Paulo R. – Professor da FEA – USP, diretor do Centro do Comercio do Estado de São Paulo, membro da



coordenação da Cives (Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania) e do



Conselho de Administração da Prodam da atual gestão Marta Suplicy.